
ALMEIDA, Aluísio. *A Revolução Liberal de 1842*. Rio de Janeiro : José Olympio; São Paulo : IMESP, 1993.

Pede-me o incansável e vibrante presidente do Instituto Histórico Geográfico e Genealógico de Sorocaba faça uma resenha da edição fac-similar do festejado livro de Aluísio de Almeida sobre a Revolução de 42.

Em agosto de 1991 (às vésperas do sesquicentenário da Revolução), o próprio presidente do Instituto, ao solicitar ao Governador do Estado a reedição da obra de Aluísio, afirmou em certo trecho: "Temos certeza de que, da leitura atenta deste volume, encontraremos, em muitas das raízes históricas, atitudes que, à semelhança dos genes, se transmitem e se perpetuam em nossas ações através do povo paulista.

A epopéia de 1842 foi um brado de revolta em favor da ordem, da autodeterminação de nossa gente, contra a imposição e os desmandos".

O livro de Aluísio de Almeida mostra-nos, em suas duzentas e sessenta e uma páginas da edição fac-similar, isso mesmo, isto é, as aspirações dos liberais contra leis e decretos conservadores que facilitavam as perseguições àqueles. Desde 1832 batiam-se eles contra o restabelecimento do Conselho de Estado, abolido pelo Ato Adicional de 1834 que alterou a Constituição do Império; pugnavam pela sua volta ao poder que lhes fora subtraído pelos conservadores com a queda do Gabinete da Maioridade, aliás de pouca duração; combatiam o Conselho de Estado, repetimos, porque no dizer deles, era "lei opressora", permitindo a nomeação dos presidentes provinciais (os "pré-cônsules"), sem consulta aos eleitores; combatiam a lei de 3 de dezembro de 1841 e o Regulamento 120 (derrogando e ab-rogando o Código de Processo Criminal, vigorante desde 1832), a máquina com que contavam para vencer as eleições...

Quando foi dissolvida a Câmara dos Deputados, eleita pelo

sistema indireto de dois graus, o Gabinete de 23 de março de 1841 (conservador), alegando fraude nas eleições (substituição de urnas, falsificação de atas, etc) fez representação violentíssima ao Imperador no dia 1º de maio de 1842, pugnando fosse substituída por outra, "a quem a liberdade do voto dê o caráter de representante da opinião nacional e a força moral indispensável para firmar entre nós o sistema monárquico-constitucional-representativo".

Os céus políticos ficam mais borrascosos quando, em março de 1841, o Imperador substitui o Gabinete Liberal pelo Conservador.

No entanto, com a vitória dos liberais nas urnas de outubro de 41 (que fariam maioria na Câmara que se instalaria em maio de 1842), as esperanças deles crescem de ponto. Ilusão fugaz! A Câmara eleita é dissolvida dois dias antes de se instalar. Já em janeiro de 42 tinha vindo para São Paulo, assumindo a presidência, por delegação do Gabinete Conservador, o baiano Costa Carvalho, ex-regente do Império e futuro Marquês de Monte Alegre. Político fino, Monte Alegre percebe o domínio dos liberais em vários municípios, pondo obstáculos às ordens do governo conservador. Sorocaba, Itu, Campinas nas quais mais se conspirava, são elevadas a cidades. Tirante esse agrado, passa a intimidar e a perseguir os adversários.

Acresce notas que o Gabinete Conservador põe em recesso a Assembléia Provincial Mineira e adia a abertura, o início dos trabalhos da Paulista porque se insurgiam contra medidas adotadas pelo governo central, chegando a enviar delegações que, como a de São Paulo, nem foram recebidas. Pois bem, dissolvida a Câmara dos Deputados, que teria a maioria de liberais, no mesmo 1º de maio o Imperador convocou outra, desde aquele dia para se reunir "no primeiro de novembro do corrente ano". Foi golpe de Estado que a Constituição não placitava. Os homens que pugnaram pela maioria eram os mesmos liberais de 1842. Firmavam a sua liderança na "Sociedade dos Patriarcas Invisíveis", sob a presidência do senador José Martiniano de Alencar. Era sociedade de cunho maçônico, sediada na corte como um Conselho Patriarcal Central orientando os círculos disseminados pelas vilas, seguia a orientação do Central, visando à vitória liberal.

O ato truculento do Imperador esgotou a paciência da sociedade secreta maçônica referida, na qual se abrigavam os dois Andradas, o procer mineiro e maçom Teófilo Otoni e outros.

Dela partiu a ordem da eclosão do movimento em ruínas

e São Paulo, imediatamente à já esperada dissolução da Câmara, "eleita a cacete" em 41, afirmavam os opositores.

Fixou-se o início da luta em 11 de maio, transferido depois para o dia 17.

O padre senador, ex-regente, Diogo Feijó, recebe a notícia que tanto esperava, na noite de 18 de maio, em São Paulo. Segue para Itu, onde encontra homens da envergadura do seu amigo de infância, Francisco Galvão de Barros França, que adere ao movimento e será o Comandante da Coluna Libertadora. Feijó segue para Sorocaba, hospedando-se no solar de João Nepomuceno de Souza Freire, à rua das Flores.

A revolução estava em marcha. Rafael Tobias assumiu a chefia, na sessão da Câmara Municipal, presidida por José Joaquim de Lacerda, lançando proclamação naquele 17 de maio.

O levante armado de 1842, "é um caso virgem na História antiga, cuja repressão se prepara no mesmo momento em que surge. Era nati-morto", pois nesse mesmo dia 17, na corte, era nomeado Caxias Comandante do Exército Pacificador da Província de São Paulo. A revolta que vinha sendo articulada em São Paulo não era segredo para os conservadores.

Assumindo o comando, Caxias chega ao porto de Santos com três mil homens.

Enquanto não tinham ordens de partir, os liberais sorocabanos faziam exercícios militares dirigidos pelo Ten.-Cel. Jerônimo Izidoro de Abreu, "que ressuscitara a farda azul-encarnada, de galões dourados", do tempo em que servira D. João VI, nos campos sulinos, indiferente às críticas do Cel. João Flaviano de Toledo, seu sogro que, vendo aqueles exercícios, numerava: "esta gente está louca".

A revolução estava vibrante.

Assim, no dia 21 de maio, Feijó chegou a Sorocaba, devendo lançar, no dia seguinte, o primeiro número de "O Paulista"; nesse mesmo dia 21 chegou a coluna de Itapetininga, com duzentos homens, ao comando do Cel. Paulino Aires de Aguiar, tio de Rafael Tobias de Aguiar.

A revolução se movimenta...

Paulino Aires põe-se à frente de trezentos homens e parte: galga a serra de São Francisco, alcança Una e se reúne com companheiros em Cotia, seguindo ao Pirajussara; o Maj. Francisco

Galvão de Barros França, com duzentos homens, segue por Parnaíba, Barueri e Carapicuíba; José Joaquim de Lacerda, à frente de uns quatrocentos homens, alça a serra de Pirajibu; alcança São Roque e Cotia, prosseguindo para se reunir aos companheiros no Riberão Pirajussara, em frente à ponte dos Pinheiros, "nas imediações do atual Butantã".

Partindo de Sorocaba, cerca de oitocentos homens julgavam ser um simples passeio a tomada da capital.

Toda a coluna estava sob o comando geral do Maj. Francisco Galvão de Barros França, tendo por sub-comandantes: Lacerda, Aguirre e Cap. João Floriano Ortiz.

A coluna revolucionária não atravessou a ponte de Pinheiros, porquanto Caxias a havia antecipado, fazendo-lhe barreira intransponível.

Enquanto se namoram os adversários, Caxias ordena ao Cel. Amorim Bezerra que siga para Campinas para enfrentar cerca de quatrocentos rebeldes no local denominado Venda Grande, também conhecido por Engenho da Lagoa.

Comandava-os o capitão de artilharia Boaventura do Amaral Camargo, "paulista da mais apurada nobreza". O combate deu-se no dia 7 de junho. As tropas de Caxias massacraram os rebeldes. Ferido o Cap. Boaventura, levaram-no "para um dos quartos do Engenho e, na mesma noite, os soldados assassinaram-no a sangue frio".

A notícia da derrota dos liberais em Campinas chegou a São Paulo no dia 11.

A coluna sob o comando de Barros França, que partira de Sorocaba cheia de entusiasmo, cai em irreprimível pessimismo e desânimo.

Caxias aproveita-se do fato; manda atacá-la na ponte. Recuando os rebeldes, Caxias divide as tropas governamentais em três colunas e pelas estradas de Santo Amaro e Itu persegue o inimigo, que foge a caminho de Sorocaba.

Tobias de Aguiar vê tudo desmoronar em torno. Chega no dia 13 a Sorocaba. Casa-se com a marquesa de Santos, sua companheira de tantos anos legitimando os filhos que com ela tivera: atitude civil, exemplar e corajosa.

Encomenda à sua prima, abadessa do Convento de Santa Clara, proteção para a família e parte. Saiu de Sorocaba, disfarçado

em gaúcho, no dia 11 para, depois de muita peregrinação e sofrimento, ser preso em Gorita, no Rio Grande, por ordem do presidente do Estado, Caxias. Era o 1º de dezembro. Dali foi remetido para a fortaleza de Lage. Feijó, por ordem de Caxias, vai para São Paulo e dali para o Rio. Segue para o Espírito Santo com Vergueiro. Exilados....

O Comandante Barros França é preso por um lavrador. Este, como paga, pediu liberdade para o filho que há sete anos servia ao governo como recruta. Não aceitou recompensa em dinheiro no vale do Paraíba; os liberais foram surpreendidos com o levante isolado de Sorocaba. Por fim, sob o comando de Anacleto Ferreira Pinto, silveirense, as revoltas tomaram Silveiras, defendida por Manuel José da Silveira, com quatrocentos homens às suas ordens, sendo barbaramente trucidado.

Caxias mandou seus soldados ao vale do Paraíba, "fazer um passeio militar pelas vilas do Norte", como disse. Em Silveiras, como vimos, reinavam os rebeldes. A coluna do Cap. Manoel Antônio da Silva, a meia légua da vila, travou combate com os quinhentos homens do Cap. Anacleto Ferreira Pinto. Era o dia 12 de julho. Entrando na vila, o Cel. Manoel Antonio autorizou o saque. Horror!

E a luta nas Gerais?

A Revolução em Minas terminou com a derrota dos rebeldes no arraial de Santa Luzia, em 20 de agosto.

O presidente mineiro, José Feliciano, não ficou no campo de batalha até o fim. Não esperou o amanhecer. "Saiu ocultamente, para não deixar o desânimo aos que iam lutar".

Lição ou moral que a História nos dá: ela registra sempre o desejo de posse daquilo que tanto se almeja, na exclamação desesperada de Ricardo III, ao ver cair ferido o animal que cavalgava na batalha de Bosworth; "um cavalo! Meu reino por um cavalo"!

José Aleixo Irmão

Professor, Promotor de Justiça aposentado,
Presidente de honra da Academia Sorocabana de Letras,
membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,
do Instituto Genealógico Brasileiro,
do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba
e de várias outras instituições culturais.